Nº	Comarca	Município/ Distrito	Serventia	Código Naciona l de Serventi a (CNS)	Data da vacância	Data da criação	Motivo	Serventia acumulada
26	Rio Vermelho	Rio Vermelho	Registro de Imóveis	05.392-6	27/06/2025	13/01/1956	Perda de delegação	Sim
27	Rio Vermelho	Rio Vermelho	Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas	05.033-6	27/06/2025	13/01/1956	Perda de delegação	Sim
28	Rio Vermelho	Rio Vermelho	Registro Civil das Pessoas Naturais	05.040-1	27/06/2025	24/11/1989	Perda de delegação	Sim
29	Ponte Nova	Ponte Nova	Registro de Imóveis	05.522-8	30/06/2025	15/03/1892	Renúncia	Sim

AVISO Nº 32/CGJ/2025

Publica a lista geral de vacância dos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais, atualizada até 30 de junho de 2025, com indicação daqueles que estão aptos a serem oferecidos em concurso público, respeitado o critério de ingresso no certame (provimento ou remoção).

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO que, "extinta a delegação a notário ou a oficial de registro, a autoridade competente declarará vago o respectivo serviço, designará o substituto mais antigo para responder pelo expediente e abrirá concurso", conforme disposto no § 2º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que "regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro (Lei dos cartórios)", c/c com o art. 65 da Lei Complementar estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que "Contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais";

CONSIDERANDO que "o ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses", segundo dispõe o § 3º do art. 236 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 80, de 9 de junho de 2009, que "Declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes à matéria, estabelecendo regras para a preservação da ampla defesa dos interessados, para o período de transição e para a organização das vagas do serviço de notas e registro que serão submetidas a concurso público";

CONSIDERANDO a Resolução do CNJ nº 81, de 9 de junho de 2009, que "Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital";

CONSIDERANDO o Provimento Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020, que "Institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais";

CONSIDERANDO que a lista geral atualizada dos serviços notariais de registro com vacância declarada no Estado de Minas Gerais será elaborada em rigorosa ordem cronológica de vacância, definidora do critério de ingresso (provimento ou remoção) das serventias vagas a serem ofertadas em concurso público, consoante disposto nas Resoluções do CNJ nº 80 e nº 81, ambas de 2009, e conforme § 8º do art. 33 do Provimento Conjunto nº 93, de 2020;

CONSIDERANDO as acumulações de serventias realizadas nos termos da Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nº 1.011, de 22 de setembro de 2022, que "Dispõe sobre a acumulação dos serviços notariais e de registro, nos termos da Lei Complementar estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que 'Contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais', e dá outras providências";

CONSIDERANDO o compromisso institucional da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ com a transparência de suas atividades, especialmente aquelas relacionadas aos serviços notariais e de registro, contribuindo em

tudo o que for necessário para o bom êxito na realização dos concursos públicos para provimento e remoção das serventias extrajudiciais, visando sempre a eficiência e a excelência de sua atuação;

CONSIDERANDO o que ficou consignado no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0128284-18.2025.8.13.0000,

AVISA aos(às) juizes(as) de direito, servidores(as), notários(as) e registradores(as) do Estado de Minas Gerais e a quem mais possa interessar que:

I - fica publicada a lista geral de vacância, com indicação dos serviços notariais e de registro vagos no Estado de Minas Gerais aptos a serem oferecidos em concurso público, respeitado o critério de ingresso no certame (provimento ou remoção), conforme Anexo Único deste Aviso;

II - a lista geral de vacância encontra-se atualizada até 30 de junho de 2025, na forma do § 8º do art. 33 do Provimento Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020.
Belo Horizonte, 25 de julho de 2025.

(a) Desembargador ESTEVÃO LUCCHESI DE CARVALHO
Corregedor-Geral de Justiça

ANEXO ÚNICO

(a que se refere o Aviso da Corregedoria-Geral de Justiça nº 32, de 25 de julho de 2025)

Lista Geral de Vacância (com indicação dos serviços notariais e de registro aptos a serem oferecidos em concurso público)

“O anexo a que se refere o Aviso nº 32/CGJ/2025 encontra-se ao final desta publicação”.

DIREÇÃO DO FORO - COMARCAS DO INTERIOR

COMARCA DE ARINOS

EXTRATO DE PORTARIA Nº 29/2025

A JUÍZA DE DIREITO DIRETORA DO FORO DA COMARCA DE ARINOS EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do que ficou consignado no processo nº 1002370-86.2023.8.13.0778, resolve prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão Processante designada pela Portaria da Direção do Foro nº 12, de 31 de março de 2025, ficando ratificados os demais atos e termos da referida Portaria e das Portarias subseqüentes.

Arinos, 24 de julho de 2025.

(a) AMANDA CHARBEL SALIM
Juíza de Direito Diretora do Foro da Comarca de ARINOS em exercício

COMARCA DE DIAMANTINA

EXTRATO DE PORTARIA Nº 30/2025

A JUÍZA DE DIREITO DIRETORA DO FORO DA COMARCA DE DIAMANTINA, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar Portaria instaurando Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de M. C. R. B., para apuração dos fatos noticiados no processo nº 0160993-40.2025.8.13.0216, designando os(as) servidores(as) efetivos(as) e estáveis Conceição Alves Campos Silva, Héliida Maria Santos e Pedro Gonçalves Mota, para, sob a presidência do(a) primeiro(a), comporem a Comissão Processante que deverá iniciar e ultimar, nos prazos e forma legais, os trabalhos atinentes ao procedimento, observados os ditames da lei, ficando determinado o afastamento preventivo do exercício das funções do cargo, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Diamantina, 24 de julho de 2025.

(a) CAROLINE RODRIGUES DE QUEIROZ
Juíza de Direito Diretora do Foro da Comarca de Diamantina

COMARCA DE PATOS DE MINAS

EDITAL Nº 4/2025

Divulga a abertura de inscrições para delegatários(as) dos serviços extrajudiciais do Estado de Minas Gerais interessados na assunção da interinidade do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Patos de Minas/MG.